



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara Única da Comarca de São Lourenço do Oeste

Rua Dom Pedro II, 966 - Bairro: Centro - CEP: 89990000 - Fone: (49) 3631-8222 - Email: saolourenco.unica@tjsc.jus.br

RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº 5002369-97.2021.8.24.0066/SC

AUTOR: AGRO GP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de pedido de recuperação judicial proposto por AGRO LAVOURA COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.

A decisão proferida no evento 15 indeferiu a tutela de urgência bem como determinou a realização de constatação prévia e nomeou para o encargo a empresa Brizola e Japur Administração Judicial.

A equipe técnica da Brizola e Japur Administração Judicial apresentou o laudo de perícia prévia (evento 21) e sugeriu a emenda à inicial com vistas a providenciar os seguintes documentos: Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina; Certidão Criminal negativa do administrador da Requerente; negócios jurídicos pactuados junto aos credores extraconcursais; balanços patrimoniais devidamente assinados pelos contadores responsáveis e representantes legais no que se refere aos exercícios sociais de 2018 e 2019; balanço patrimonial e demonstração acumulada do resultado do exercício referente ao mês de agosto de 2021; relação de bens do ativo não circulante com pormenorização (analítico). Quanto à competência, informou que constatou que o único estabelecimento atual da Requerente fica localizado no Município de Novo Horizonte/SC. No mais, requereu a sua nomeação para o encargo de administradora judicial.

A requerente emendou a inicial e informou que acostou a integralidade da documentação sugerida pela equipe técnica responsável pela confecção do laudo de vistoria (evento 22).

Ato contínuo, a Equipe Técnica complementou o laudo no sentido de informar que entende superados os obstáculos antes opostos ao deferimento do processamento do feito (evento 23).

Por fim, a Autora reitera o pleito inicial e requer a tutela de urgência para fins de viabilizar a continuidade das atividades, sob a alegação da proximidade da colheita da próxima safra de grãos. Juntou documentos (evento 26).

5002369-97.2021.8.24.0066

310021466022.V99



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara Única da Comarca de São Lourenço do Oeste

Decido.

1. Recebo a inicial e a emenda à inicial (evento 22), uma vez que preenchidos os requisitos previstos nos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil.

1.1. Quanto às custas, foi providenciado o recolhimento da segunda parcela (evento 25), restando uma parcela em aberto, diante do parcelamento concedido (evento 6).

Portanto, intime-se a parte autora para que providencie o recolhimento das custas, em 15 dias, sob pena de extinção.

2. Trata-se de pedido de recuperação judicial proposto por AGRO LAVOURA COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA., situada na Rua Roberto Kennedy, n. 9-A, centro, no Município de Novo Horizonte/SC, foi constituída em 2007 e se encontra em pleno funcionamento, sob a forma de sociedade empresária de responsabilidade limitada, dedicando-se ao comércio de sementes e defensivos agrícolas.

Nos termos da Lei n. 11.101/2005, em seus artigos 48 e 51, o pedido de recuperação judicial tem seu processamento condicionado ao cumprimento dos requisitos ali expostos. Além disso, também é requisito a existência de atividade em curso e indício de potencialidade de recuperação. Logo, todos os elementos contemplados para viabilizar a instauração do procedimento almejado devem ser analisados de forma pormenorizada, possibilitando a deliberação dos atos posteriores preconizados no artigo 52 da Lei n. 11.101/2005.

No caso, após a realização de constatação prévia, verifica-se a existência de documentação técnica satisfatória para esta fase inicial, que traz indicativo de atividade e probabilidade de recuperação.

Contudo, passo a aferir, em exame de prelibação, o suprimento dos requisitos legais a possibilitar o recebimento do requerimento em análise.

2.1. Relativamente aos requisitos do artigo 48, dispõe a Lei n. 11.101/2005:

“Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara Única da Comarca de São Lourenço do Oeste

I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;

II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;

III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo;

IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.”

Da análise dos autos, observa-se o preenchimento dos aludidos requisitos, porquanto a parte autora demonstrou:

a) Exercer suas atividades há mais de 2 anos (caput, do art. 48, da LRF) e não obteve anteriormente qualquer concessão de recuperação judicial (LRF, art. 48, incisos I, II e III), conforme documentos acostados aos autos nos eventos 1 e 22.

b) Não foi condenada por qualquer crime, tampouco os previstos na LRF, e nem seus sócios administradores (LRF, art. 48, inciso IV), consoante documentação relacionada nos eventos 1 (doc. 27) e 22.

2.2. Segundo o artigo 51 da Lei 11.101/2005, a inicial do pedido de recuperação deve ser minuciosamente preparada e devidamente instruída com os documentos exigidos, sob pena de indeferimento, a saber:

“Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com:

I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;

II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de: a) balanço patrimonial; b) demonstração de resultados acumulados; c) demonstração do resultado desde o último exercício social; d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;

III – a relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente;



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara Única da Comarca de São Lourenço do Oeste

IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;

V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;

VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;

VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;

VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;

IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.

X - o relatório detalhado do passivo fiscal; e

XI - a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49 desta Lei."

De fato, a inicial expôs a atual situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira (LRF, art. 51, inciso I), além de demonstrar, ainda que superficialmente, a viabilidade do plano de reestruturação empresarial, mediante a utilização do presente procedimento, levando-se em conta o total do patrimonial líquido justaposto ao montante do passivo declarado pela empresa pleiteante.

Mas, as causas concretas da situação patrimonial de crise econômico-financeira foram as seguintes: a) forte estiagem ocorrida entre os anos de 2018 e 2019; b) elevado nível de inadimplências dos produtores; c) descapitalização do caixa em virtude da compra de nova unidade; d) pandemia do coronavírus. Apesar disso, no que tange ao depósito de cereais, foi salientado que são os únicos do ramo na região e, desde o princípio do negócio, a Empresa sempre desenvolveu atividades relevantes na cadeia produtiva dos agricultores das regiões onde atuou (evento 21).



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara Única da Comarca de São Lourenço do Oeste

O impacto na economia local, tomando em conta a função social que a empresa tem, bem como o atual cenário vivenciado pelo País e o mundo em decorrência da evolução pandêmica causada pelo Covid-19, é algo que não pode ser olvidado para fins de análise do processamento da presente recuperação judicial e prestabilidade do procedimento, observando-se, claro, o cumprimento dos requisitos estabelecidos pela Lei n. 11.101/2005.

O artigo 51, II, “a” a “d”, da Lei n. 11.101/2005 exige a apresentação da documentação contábil relativas aos 3 (três) últimos exercícios, compostas do: a) balanço patrimonial; b) demonstração de resultados acumulados; e c) demonstração do resultado desde o último exercício social (evento 22 - doc. 7); d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção (evento 1 - doc. 14), o que foi cumprido nos autos.

III. A relação nominal dos credores se encontra descrita no evento 1 - doc. 16 (LRF, art. 51, inciso III);

IV. A relação integral dos empregados consta no evento 1 (doc. 17);

V. Certidão de regularidade no Registro Público de Empresas, ato constitutivo e atas de nomeação dos administradores (LRF, art. 51, inciso V), constante do evento 1 (doc. 3).

VI. Relação dos bens particulares do sócio controlador/administrador (evento 1, doc. 19-20 - LRF, art. 51, inciso VI).

VII. Extrato atualizado das contas bancárias e de investimentos lançados no evento 1 (doc. 21-22 - LRF, art. 51, inciso VII).

VIII. Certidões dos cartórios de protestos da Comarca do domicílio da parte autora (evento 1, doc. 24-25), consoante art. 51, inciso VIII, da LRF.

IX. Relação de todas as ações judiciais em que as demandantes são partes, com estimativa dos valores demandados lançadas no evento 1 (doc. 26) (LRF, art. 51, inciso IX).

X. Conforme laudo de perícia prévia juntado no evento 21, quanto à relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49 da LRF, tal documento consta no evento 1 (doc. 18).



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara Única da Comarca de São Lourenço do Oeste

XI. A escrituração contábil regular que lastreia as demonstrações financeiras também foram apresentadas (evento 1 - doc. 4-14).

Referente a eventuais ausências de documentos subscritos da parte autora/devedora na relação de ações judiciais, como impõe o inciso IX, do art. 51, da LRF, tal questão é meramente formal e pode ser suprida posteriormente, não sendo, isoladamente, relevante e prejudicial para a análise neste momento.

Do mesmo modo, atinente aos "negócios jurídicos pactuados junto aos credores extraconcursais", documentação não apresentada nos autos, consoante declinado no laudo complementar do evento 23, a autora alegou que “não possui pactos celebrados com qualquer credor extraconcursal”.

Não obstante isso, tais questões não possuem o condão de prejudicar a pretensão.

3. À vista disso, conclui-se nesta fase de cognição sumária e não exauriente, com a ressalva elencada acima, pela presença das condições (requisitos) necessários a embasar o processamento da presente recuperação judicial, na forma dos arts. 48 e 51 da LRF.

Assim, **acolho a competência e DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com esteio no artigo 52 da lei 11.101/2005.

Deverá a autora, doravante, acrescentar, após seu nome empresarial, a expressão "em Recuperação Judicial" em todos os atos, contratos e documentos que firmar (art. 69, *caput*, da Lei n. 11.101/05).

Advirto à requerente que não poderá desistir do procedimento, salvo se o intento for aprovado em assembleia geral de credores (art. 52, § 4º, da Lei n. 11.101/2005).

3.1. Quanto à tutela de urgência pleiteada no evento 26, a antecipação da tutela exige a evidência dos pressupostos da tutela de urgência, previstos no art. 300 do CPC: *"a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo"*.

No caso em apreço, a parte autora alega que o perigo da demora fica evidenciado pela viabilização da continuidade das atividades e pela proximidade da colheita da próxima safra de grãos.



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara Única da Comarca de São Lourenço do Oeste

De acordo com a autorização do IMA (evento 26 (outros 3): "*O empreendimento em questão é um depósito de agrotóxicos, com área útil de 18m², para a atividade de comércio varejista de agrotóxicos.*")

Vê-se, pois, que o perigo da demora está configurado, ao se constatar que o pedido indica grave prejuízo sem uma decisão imediata, ou seja, afetar o funcionamento da sociedade empresária e desprestigiar a função social da empresa, de modo a possibilitar a quebra da empresa e a demissão de empregados, além de servir de defesa dos credores.

Isto é, o *periculum in mora* mostra-se evidente porquanto comprovado risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois a concessão da tutela de urgência nos termos requeridos permite a readaptação da condição financeira, viabilizando a recuperação.

Portanto, **defiro o pedido de tutela de urgência para suspender pelo prazo de 180 dias as ações e execuções que tenham sido direcionadas ao devedor, sem prejuízo do disposto no art. 302 do CPC.**

Nesses termos, dando impulso ao feito:

4. Nos termos do artigo 52, inciso I c/c artigos 21 e 22, ambos da Lei n. 11.101/2005, **nomeio como Administradora Judicial, a empresa Brizola e Japur Administração Judicial**, CNPJ n. 27.002.125/0001-07, sob a responsabilidade dos sócios Rafael Brizola Marques (OAB/SC 50.278-A) e José Paulo Dorneles Japur (OAB/SC 50.157-A), com endereço na Rua Desembargador Urbano Salles, 133, centro, em Florianópolis/SC, CEP 88015-430, já credenciada ao Juízo (portaria 53/2016, da Direção do Foro).

4.1. Intime-se a Administradora Judicial para, em 48 (quarenta e oito) horas, assinar o termo de compromisso, sob pena de substituição (LRF, arts. 33 e 34). Determino a realização da intimação de forma eletrônica.

Autorizo, ainda, que a Administradora Judicial nomeada assine o termo de compromisso digitalmente e/ou manifeste expressamente nos autos sua concordância com a nomeação e com o termo de compromisso, dispensando o comparecimento à sede do Juízo para assinatura. Faculto ao administrador judicial a apresentação de proposta de remuneração para posterior apreciação e fixação judicial, que se dará nos limites do art. 24 da LRF.



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara Única da Comarca de São Lourenço do Oeste

Atente-se para a sugestão da equipe técnica nomeada, a saber: aos credores que se utilizem do e-mail: *contato@preservacaodeempresas.com.br* ou do site: *www.preservacaodeempresas.com.br* para enviarem suas habilitações ou divergências durante a fase extrajudicial de verificação de créditos.

4.2. Tendo em vista a complexidade do feito, o valor da dívida, sua condição de sociedade empresária de responsabilidade limitada com porte de microempresa e considerando o disposto no art. 24, § 5º, da Lei n. 11.101/2005, para fazer frente às despesas iniciais, **fixo adiantamentos mensais ao administrador judicial no valor de R\$ 2.750,00**, que a parte requerente deverá depositar em favor da empresa administradora. O pagamento deverá ser feito até o 5º dia útil de cada mês seguinte ao exercício da função, iniciando-se a partir da assinatura do termo de compromisso pelo administrador judicial, sendo, no presente mês, evidentemente, proporcional ao número de dias do mês faltantes a contar da subscrição do mencionado termo.

Esclarece-se que referido valor de adiantamento foi obtido mediante simples cálculo aritmético. De posse da relação de credores que instrui a inicial, vejo o valor total dos créditos sujeitos à recuperação, sendo que o teto de remuneração fixado por lei corresponde a 2% desse montante (24, § 5º, da Lei n. 11.101/2005). Então, divido este valor por 30 (trinta) meses – provável duração do processo. Repiso, não se trata da fixação da remuneração, mas sim de adiantamentos. Oportunamente, quando o encerramento do processo se avizinhar, fixarei a remuneração definitiva do administrador, devendo-se dela deduzir os adiantamentos recebidos.

4.2.1. Ressalto que referido valor poderá ser alterado a qualquer tempo para compatibilizar-se ao custo do exercício da função.

4.2.2. A remuneração definitiva do administrador judicial será arbitrada futuramente, próximo à conclusão do presente feito, momento em que será possível melhor avaliar a dimensão e a qualidade do trabalho por ele prestado.

4.2.3. A ajuda de custo neste ato fixada constitui adiantamento da remuneração que ao final for arbitrada e da qual deverá ser deduzida a constatação prévia.

4.2.4. **Fixo a remuneração da empresa nomeada no evento 15, pela realização da constatação prévia apresentada nos eventos 21 e 23, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser pago pela parte requerente, no prazo de trinta dias.**



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara Única da Comarca de São Lourenço do Oeste

4.3. Determino a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, observando o disposto no art. 69 da LRF (LRF, art. 52, inciso II).

4.4. Ordeno a suspensão, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias (LRF, art. 6º, § 4º) de todas as ações ou execuções contra o devedor, inclusive aquelas dos credores particulares dos sócios solidários, na forma do art. 6º da LRF, permanecendo os respectivos autos no Juízo onde se processam (LRF, art. 52, inciso III).

Atente-se que não se suspendem as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º, do art. 6º, da LRF, bem como as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º, do art. 49, da LRF.

Advirto que caberá à Requerente comunicar a suspensão aos Juízos competentes, observando detidamente as delimitações desta decisão, conforme imposição legal do § 3º, do art. 52, da LRF.

Anoto que os autos cujo trâmite foi suspenso deverão permanecer nos Juízos em que se processam, como determina o art. 52, III, da Lei n. 11.101/2005, cabendo ao devedor a comunicação aos juízos competentes acerca da suspensão acima determinada, observando as exceções assinaladas, consoante disposto no art. 52, § 3º, da Lei n. 11.101/2005.

4.5. Determino à Requerente a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores, as quais deverão ser entregues direta e exclusivamente ao administrador judicial (LRF, art. 52, inciso IV).

4.6. Expeça-se edital para ser publicado em sítio eletrônico próprio, na internet, dedicado à recuperação judicial e à falência, atentando-se aos requisitos contidos no § 1º do art. 52 e no art. 191 da Lei n. 11.101/05. Uma síntese do edital deverá ser publicada em jornal diário de circulação regional ou nacional, a qual deverá conter: a) a identificação dos requerentes; b) o resumo do pedido e desta decisão; c) as advertências do art. 52, § 1º, III, da Lei n. 11.101/05; d) o endereço eletrônico do Diário da Justiça através do qual poderá ser acessado o quadro geral de credores.

Autorizo o uso das minutas remetidas pela Administradora Judicial, que deverão observar estritamente as disposições legais, sem necessidade de nova conclusão.

5002369-97.2021.8.24.0066

310021466022.V99



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara Única da Comarca de São Lourenço do Oeste

Publicado o edital referido no tópico anterior, os credores terão o prazo de 15 dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados (art. 7º, § 1º, da Lei n. 11.101/05).

Ressalto que tais documentos deverão ser protocolados diretamente perante o Administrador Judicial. Acaso sejam equivocadamente apresentados em Juízo, o Cartório, ao recebê-los, não os juntará nos autos, nem formará incidentes, mas os encaminhará ao Administrador Judicial mediante recibo.

Ficam advertidos os credores para que se utilizem do e-mail da Administradora Judicial nomeada para enviar suas habilitações ou divergências durante a fase extrajudicial de verificação de créditos.

4.7. Oficie-se à Junta Comercial e ao Sintegra para que procedam à anotação respectiva no registro da autora, encaminhando-se cópia da presente deliberação.

4.8. Aceito o encargo de Administrador Judicial, após a assinatura do termo, o profissional nomeado exercerá o que lhe competir, segundo a Lei 11.101/2005, de início, em especial os deveres do art. 22 da LRF.

Além disso, caberá à Administradora Judicial o dever geral de apoiar o Juízo para a regularidade do feito.

5. Notifique-se a parte autora para juntar aos autos contas demonstrativas mensais, enquanto perdurar esta recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores (art. 52, IV, da Lei n. 11.101/05).

6. Deve a parte autora apresentar o plano de recuperação em Juízo, no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação desta decisão (que defere o processamento da recuperação judicial), sob pena de convolação em falência, observando os arts. 53 e 54 da LRF.

No mesmo prazo acima assinalado (sessenta dias), a parte requerente deverá complementar eventual documentação faltante, sob pena de não prosseguimento da recuperação judicial.

7. Fica a parte autora advertida que não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo com autorização judicial, depois de ouvido o Comitê, com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial.



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara Única da Comarca de São Lourenço do Oeste

8. Determino ao Registro Público de Empresas e anotação da recuperação judicial no registro competente (art. 69, parágrafo único, da Lei 11.101/05).

9. Intime-se a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal de Novo Horizonte/SC, onde a autora possui o estabelecimento, dando ciência do presente procedimento (art. 52, V, da Lei n. 11.101/2005).

10. Havendo notícia da existência de credores e ações judiciais em trâmite, envolvendo a empresa devedora neste feito e em outros Estados da Federação, encaminhe-se cópia da presente decisão à Egrégia Corregedoria-Geral, a fim de que, entendendo pertinente, promova a divulgação aos demais Juízos deste Estado e a outras Corregedorias.

11. Ao Cartório, determino a observância do determinado pelo CNJ, na Portaria 57/2020, juntando cópia da presente ao SEI 0026913-45.2020.8.16.6000.

Intimem-se a Requerente, a pessoa jurídica nomeada como Administradora Judicial e o Ministério Público.

Cumpra-se, com urgência.

Documento eletrônico assinado por **LUCAS CHICOLI NUNES ROSA, Juiz de Direito**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310021466022v99** e do código CRC **691ce6f9**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): LUCAS CHICOLI NUNES ROSA
Data e Hora: 9/12/2021, às 10:29:44

5002369-97.2021.8.24.0066

310021466022.V99